



MARINHA DO BRASIL
COMANDO DO 3º DISTRITO NAVAL
HOSPITAL NAVAL DE RECIFE

CONTRATANTE: UNIÃO/ MINISTÉRIO DA DEFESA/ MARINHA DO BRASIL/ COMANDO DO 3º DISTRITO NAVAL/ HOSPITAL NAVAL DE RECIFE.

CONTRATADO: Hospitais e Maternidades

OBJETO: Prestação de serviços de assistência médico-hospitalar

NATUREZA: Ostensiva.

VIGÊNCIA:

VALOR ESTIMADO:

REGIME DE EXECUÇÃO: indireta, empreitada por preço unitário.

PROCESSO Nº:

CONTRATO Nº:

A União, entidade de direito público interno, por intermédio do HOSPITAL NAVAL DE RECIFE (HNRe), órgão do Ministério da Defesa, com sede na Av. Cruz Cabugá, nº 1.200, CEP 50.040-000, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.502/0066-90, representado neste ato pelo (a) seu (sua) Ordenador (a) de Despesa, o (a) Capitão de Mar e Guerra, médico (a), _____, designado (a) para a função pela Portaria nº _____, publicada no DOU de _____, portador (a) da matrícula funcional nº _____, residente e domiciliado (a) nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a Organização Civil de Saúde (OCS) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida à Rua _____, Bairro _____, neste ato representada pelo Sr. Diretor Administrativo, representante (s) legal (is) da Credenciada, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado, nos termos da legislação infraconstitucional constante do Edital de Credenciamento, que integram o presente Termo de Contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto.

1.1. A finalidade deste contrato é garantir aos beneficiários do Fundo de Saúde da Marinha

(FUSMA), nas condições especificadas neste instrumento e no edital, por intermédio de Hospital Geral, a prestação de assistência médico-hospitalar, ambulatorial, serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, atendimento de emergência/urgência em regime de 24 horas.

1.1.1. O objeto contratual abrange as especialidades conforme consta na Carta Proposta da OCS, devidamente reconhecida pelo respectivo órgão federal da profissão e regulamentada por lei.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - Da vinculação ao edital.

2.1. Este instrumento está vinculado ao Edital de Credenciamento do Hospital Naval de Recife (HNRe), de _____ de ____ de 20____, do qual é parte integrante, bem como seus anexos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - Do fundamento legal.

3.1. A presente contratação fundamenta-se nos artigos 74, *caput* e 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4. CLÁUSULA QUARTA - Do regime de execução.

4.1. As condições gerais de execução dos serviços constam da Seção 7 “DO REGIME DE EXECUÇÃO”, do edital de credenciamento, e do item 5 “MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO”, do Termo de Referência, anexo A do edital, observadas as regras especiais abaixo registradas.

4.2. Para atendimentos ambulatoriais e/ou procedimentos eletivos, a apresentação do paciente nas instalações do CONTRATADO ocorrerá por conta do beneficiário, o qual deve apresentar Guia de Encaminhamento/ Guia de Apresentação do Usuário (GAU) constando os procedimentos devidamente autorizados.

4.3. O CONTRATANTE se reserva do direito de remoção do usuário para um dos seus serviços de saúde, quando houver condições clínicas para tal procedimento, após o prévio entendimento com os médicos do Credenciado e a estabilização do paciente, sendo a referida remoção para o HNRe de responsabilidade do CONTRATANTE.

4.4. O CONTRATADO obriga-se a apresentar ao CONTRATANTE a relação dos profissionais que integram seu corpo clínico, com seus respectivos registros nos conselhos de classe, cadastrados e autorizados por parte do CONTRATADO para atender aos beneficiários deste contrato nas respectivas profissões e especialidades.

4.4.1. O CONTRATADO obriga-se a manter a referida relação atualizada junto ao CONTRATANTE.

4.4.2. Quando o corpo clínico do CONTRATADO for constituído, em parte ou no seu todo, por meio de cooperativa vinculada, esta deverá apresentar a relação acima descrita, cumpridas as formalidades postas, diretamente para o CONTRATANTE.

4.5. O CONTRATADO, representado no seu Corpo Clínico, prestará assistência médico-hospitalar conforme a seguinte discriminação: atendimento médico-hospitalar ou em consultório, serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, pronto-socorro para casos de urgência e emergência, centro cirúrgico, centro ou unidade de terapia intensiva, cuidados rotineiros de enfermagem, assistência multiprofissional, instalações equipadas com material e instrumental necessários à execução dos atos médicos, fornecimento de materiais, apósitos, medicamentos, próteses, órteses e materiais especiais, acomodações adequadas, serviço de lavanderia e outras

serventias, alimentação, inclusive dietas especiais e outros produtos nutricionais quando prescritos por parte do médico assistente, além de outros serviços relacionados à assistência à saúde.

4.6. Os serviços contratados serão prestados diretamente por profissional da própria Organização Civil de Saúde, entendendo-se como:

4.6.1. O membro do Corpo Clínico do CONTRATADO.

4.6.2. O que tenha vínculo de emprego com o CONTRATADO.

4.6.3. O autônomo que presta serviço ao CONTRATADO.

4.7. Equipara-se ao subitem 4.6, o profissional de saúde integrante de pessoa jurídica que exerça atividades na área de saúde, em caráter regular, nas instalações do CONTRATADO.

4.8. A execução e o controle do presente instrumento serão avaliados pelo CONTRATANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados, através do comparecimento periódico e regular de pelo menos um dos membros da equipe de Auditores do CONTRATANTE às dependências do CONTRATADO, a fim de examinar a documentação nosológica dos pacientes; assim como a qualidade das instalações e do serviço prestado.

4.9. O CONTRATADO se obriga a fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, documentos médico-legais, justificativas para exames, lista de pacientes internados e quaisquer outros documentos pertinentes, segundo as normas de regulamentação vigentes.

4.10. A solicitação de exame ou de procedimento coberto pelo FUSMA, decorrente de atendimento realizado em OCS ou por PSA, será precedida de análise por médico militar ou pela Divisão de Regulação do HNRe.

4.11. É vedada a prescrição de exames em bloco ou daqueles que partam da iniciativa do próprio usuário.

4.12. Os tratamentos não cobertos pelo FUSMA/ SSM (Sistema de Saúde da Marinha) não se incluem na presente contratação.

4.12.1. Caso solicitado, o CONTRATADO obriga-se a advertir o paciente ou seu responsável de que suportará os pagamentos decorrentes de exame, procedimento, material e afins.

4.13. No caso de óbito ocorrido com paciente internado, o CONTRATADO notificará, de imediato, a família do paciente e o HNRe, através do email hnre.caapiose@marinha.mil.br.

4.14. Nos casos de internação, o CONTRATADO deverá solicitar autorização prévia à CONTRATANTE.

4.15. O abandono do tratamento realizado, pelo beneficiário, implicará no término da autorização para o procedimento e na indenização do serviço já prestado.

4.16. As faturas referentes às internações de longa permanência (com mais de quinze dias) deverão ser subtotalizadas e entregues dentro do mês de internação do paciente com a apresentação das despesas, pelo CONTRATADO.

4.16.1. O CONTRATADO deverá remeter, diariamente, à Comissão de Acompanhamento e Controle de Pacientes internados em Organizações de Saúde Extra-Marinha, via e-mail hnre.caapiose@marinha.mil.br, a lista de pacientes internados.

4.17. A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, designado por meio de portaria do Ordenador de Despesa do HNRe. O CONTRATADO manterá um preposto, aceito por parte da Administração, no local do serviço, para representá-lo.

4.18. O Serviço de Auditoria do HNRe possuirá o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do beneficiário, bem como a documentação contábil e fiscal pertinente a este contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - Dos preços e das condições de pagamento.

5.1. Os serviços e o fornecimento agregado serão remunerados, conforme o item 8 “DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO” constante do edital de credenciamento, sendo discriminados no anexo B do edital.

5.1.1. O CONTRATADO tem seu porte hospitalar classificado como **PADRÃO I ou II ou III-GRANDE ou MÉDIO ou PEQUENO PORTE**

5.2. Registrem-se abaixo regras de contraprestação específicas a este tipo de contrato.

5.3. O CONTRATADO acolherá por contraprestação os pacotes de prestação de serviços constantes do Referencial de preços de serviços de saúde do HNRe- anexo B do Edital.

5.4. O CONTRATANTE somente indenizará as contas apresentadas, quando o usuário tenha sido encaminhando por parte do HNRe, acompanhado da Guia de Encaminhamento - Guia de Apresentação do Usuário (GAU), com a assinatura do beneficiário ou de seu responsável que comprove a prestação do serviço.

5.4.1. No caso de comprovada urgência ou emergência, o beneficiário poderá ser atendido independentemente de encaminhamento, devendo-se observar o disposto nos incisos 5.16.25 e 5.16.26 do anexo A do edital de credenciamento.

5.5. Procedimentos não especificados na (s) Guia (s) de Encaminhamento e os não cobertos não serão ressarcidos por parte do CONTRATANTE.

5.6. A Diária Hospitalar será contada do dia imediato da internação, excluído o dia da alta hospitalar, se a mesma ocorrer até as 12h..

5.7. Os valores vigentes na data de atendimento serão os considerados para a quitação das faturas.

5.8. Após a prestação de serviços, o CONTRATADO deverá apresentar a fatura referente ao mês correspondente até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao atendimento, no Serviço de Secretaria e Comunicações (SECOM) da CONTRATANTE, no horário das 8h às 12h, de segunda a sexta-feira.

5.8.1. O CONTRATANTE não será responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem devolução.

5.8.2. A CONTRATANTE realizará a aferição das faturas por meio do Serviço de Auditoria de Contas Médico-Hospitalares (SACMH), conforme disposto no Edital e no Termo de Referência, anexo A do edital.

5.9. O CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este contrato ou o edital.

5.10. O detalhamento sobre procedimentos relacionados a auditoria de contas, glosas, recursos e faturamento encontram-se estabelecidos no item 7 “CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO”, do anexo A do Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA - Da atualização dos preços.

6.1. O critério de atualização dos preços contratados consta do Item 9 “DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS” do edital de credenciamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - Da vigência.

7.1. O prazo de vigência inicial da contratação é de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de assinatura do contrato, admitida sua prorrogação por interesse das partes, respeitando-se o prazo máximo de 10 (dez) anos, na forma dos art. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CLÁUSULA OITAVA - Da dotação orçamentária.

8.1. Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos do presente contrato serão os seguintes:

8.1.1. Para OCS: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão /Unidade 00001/83702, Fonte de Recursos 100000000 - 1005000144, Programa de Trabalho Resumido 216838 - 216820, Natureza da Despesa 339039, Plano Interno B.4220100.

8.1.2. Para PSA: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão /Unidade 00001/83702, Fonte de Recursos 100000000 - 1005000144, Programa de Trabalho Resumido 216838 - 216820, Natureza da Despesa 339036 - 339147, Plano Interno B.4220100.

9. CLÁUSULA NONA - Da responsabilidade civil.

9.1. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO.

9.2. A responsabilidade a que se refere a presente Cláusula estende-se à reparação de dano eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagens, essenciais à prestação dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

9.3. O CONTRATADO será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes, por terceiros vinculados, decorrentes de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - Das sanções.

10.1. As sanções aplicáveis restam previstas na Seção 12 - “DAS SANÇÕES” - do edital de credenciamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da rescisão.

11.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses da Seção 13 - “DA RESCISÃO” - do edital de credenciamento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Das obrigações do contratante.

12.1. As obrigações constam da Seção 10 - “OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE” - do edital de credenciamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Das obrigações do contratado.

13.1. As obrigações constam da Seção 11 - “OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS” - do edital de credenciamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Das acomodações para internação

14.1. Os padrões de acomodações hospitalares para os beneficiários do FUSMA serão, desta forma, de acordo com a disponibilidade, os seguintes:

14.1.1. Oficiais Gerais (Almirante de Esquadra, Vice-Almirante, Contra-Almirante), Oficiais Superiores (Capitão de Mar e Guerra, Capitão de Fragata e Capitão de Corveta) e respectivos dependentes: fazem jus a apartamento privativo;

14.1.2. Oficiais Intermediários (Capitão-Tenente), Oficiais Subalternos (Primeiro-Tenente e Segundo-Tenente), Praças (Suboficial, Sargento, Cabo, Marinheiro e Soldado) e seus dependentes: fazem jus a enfermaria;

14.2. No caso de indisponibilidade de acomodação compatível com os padrões a que tem direito o beneficiário do FUSMA, a OCS obrigar-se-á a instalá-lo em uma acomodação de padrão superior, sem ônus para o beneficiário ou para o FUSMA.

14.3. Será também reconhecido como modalidade de acomodação para as internações dos pacientes o serviço de "Hospital-Dia", sendo coberto para todos os beneficiários deste Contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Da negação de remuneração a militares

15.1. O militar, estando na ativa, não poderá receber remuneração, honorários, complementação destes ou pagamento por serviços profissionais prestados ao beneficiário atendido sob a regência do presente Termo de Contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Da subcontratação.

16.1. É permitida à CONTRATADA subcontratar parte dos serviços objeto deste Contrato, em relação aos serviços ora relacionados: Exames e procedimentos Laboratoriais, Serviços de Imagem, Procedimentos em Oncologia, Serviços de Hemodiálise, Serviços de Hemoterapia e Serviços de Laboratório de Prótese.

16.2. O subcontratado deverá preencher os requisitos de habilitação, pertinentes a sua empresa, postos no Edital.

16.3. A subcontratação não liberará o CONTRATADO de suas responsabilidades contratuais e legais, quanto ao objeto subcontratado.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Do valor do contrato.

17.1. O valor global estimado para fazer face às despesas relativas ao objeto deste contrato terá como base o levantamento estimativo dos encaminhamentos que foram realizados nos últimos doze meses pelo HNRe, nos contratos anteriores.

17.1.1. O valor estimado deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato;

17.1.2. O valor estimado deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal, já que o total de gastos do mês dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período;

17.1.3. O CONTRATADO aquiesce, desde já, a redução do valor do contrato a monta realmente executada, ainda que acarrete redução, para além limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021, observado que inexistirá expectativa de direto quanto ao valor estimado.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Obrigações pertinentes à LGPD

18.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

18.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

18.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

18.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

18.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

18.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

18.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

18.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

18.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

18.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

18.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

18.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

18.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Do foro.

19.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Contrato será o do município de Recife/PE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2. E, por estarem justos e contratados, preparam o presente Termo de Contrato, em 4

Continuação do anexo C, do Edital de Credenciamento nº 1/2025, do HNRe.

(quatro) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes e por 2 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado, em todas suas cláusulas e condições.

Recife, PE, _____ de _____ de 20____.

Pelo CONTRATANTE:

© 2006 The Authors
Journal compilation © 2006 Blackwell Publishing Ltd

Ordenador (a) de Despesa do Hospital Naval de Recife

Pelo CONTRATADO:

Representante legal

TESTEMUNHAS:
